

“NOVA ORDEM MUNDIAL”: FORÇAS, ORDEM E CAUSALIDADE NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SILVA, Antenor Alves

Resumo: A proposta deste texto é explicar como o conceito *ordem* pode ser utilizado em uma discussão geográfica, empregando-o como chave para a compreensão de fenômenos macropolíticos ou internacionais. Contudo, faz-se necessário recorrer primeiramente à lógica causal do filósofo Henri Bergson e, posteriormente, à epistemologia da Geografia para compreender a importância da relação causa-efeito, assim como sua natureza, em análises geopolíticas, ou seja, em estudos dedicados à compreensão das relações entre as organizações políticas e o espaço. Destaca-se, primeiramente, o papel adotado pelo Estado – agente geopolítico clássico no estudo de fenômenos de organização do espaço de grande proporção –, assim como suas relações de interdependência com poderes políticos de força equivalente ou superior. Superado esse momento, por fim, verifica-se que o pressuposto no qual o Estado e suas ações explicariam plenamente o que tem se chamado “nova ordem mundial” torna-se insuficiente haja vista a existência de outras forças, muitas vezes dissimuladas, capazes de alterar consideravelmente o ordenamento espacial em escala mundial.

Palavras-chave: Relação causa-efeito; Epistemologia da Geografia; Fenômenos internacionais; Ordenamento espacial.

Abstract: The purpose of this paper is to explain how the concept *order* can be used in a geographical discussion, employing it as a key to understanding macro-political or international phenomena. However, it is necessary to resort firstly to the causal logic of the philosopher Henri Bergson and, then, to the epistemology of Geography to understand the importance of the cause-effect relationship, as well as its nature, in geopolitical analyses, in other words, in studies dedicated to understanding of the relationships between the political organization and the space. Should be noted, first, the role adopted by the State – classic geopolitical agent in the study of phenomena of spatial organization of large proportion –, as well as their relations of interdependence with political powers with equal or superior force. Overcome this moment, finally, is verified that the presupposition in which the State and its actions explain fully what has been called “new world order” becomes insufficient given the existence of other forces, often disguised, able to alter considerably the spatial organization in worldwide scale.

Keywords: Cause-effect relationship; Epistemology of Geography; International phenomena; Spatial organization.

Introdução

Parte-se do princípio no qual o interesse pelo conceito *ordem*, e pelo que dele deriva, é *intrínseco* aos métodos de várias áreas do conhecimento humano, seja da Geografia, da Ciência Política, das Ciências Econômicas, das Relações Internacionais e

do Direito, por exemplo. Obviamente, tal constante está vinculada a cada uma dessas áreas pelas suas razões epistemológicas e passaria a ser mais bem vislumbrada e aproveitada após passagem pelos filtros dos seus respectivos métodos de investigação.

Ainda no patamar teórico-metodológico, compreende-se que o paradigma *ordem* é anterior à própria lógica da pesquisa científica¹, pois reside no anseio transcendental do homem que pretende dar conta, ou seja, *ordenar* os fenômenos que se apresentam a ele. Assim, ele idealiza e trilha caminhos nesse universo contemplativo/especulativo, avalia-os e, depois, parte para o plano das hipóteses e sua viabilidade².

Em busca da compreensão da base dos fundamentos teóricos da ciência geográfica, Gottmann (1950, p. 60) explica que “(...) A *organização do espaço* interessa, em suma, aos geógrafos porque [é] espaço (...)”³. [tradução e grifo nosso]

Embora pareça redundante a um olhar menos cauteloso, o breve esclarecimento de Gottmann visa identificar, da forma mais plena possível, o objeto de interesse dos geógrafos – o espaço, que é muito mais do que a paisagem e os elementos que a compõem⁴. Portanto, *qualquer análise que não contemple o espaço e a tentativa de apreensão da sua organização e relações causa-efeito, como razões de uma discussão, não pode ser considerada geográfica*.

No entanto, por mais que haja um esforço teórico da Geografia em dar conta do problema *ordem*, que se pretende ter nesta argumentação como a própria lógica da *organização do espaço*, há a necessidade de importar elementos teóricos de outras áreas do conhecimento humano⁵ – que podem ir desde a Filosofia até a Astrofísica, conforme será demonstrado.

¹ Se há *ordem* no mito e na linguagem, por que a ciência seria detentora desse paradigma?

² Na Geografia não poderia ser diferente, embora, seja necessário compreender que a razão de ser dessa ciência está na própria *natureza do espaço*.

³ Em francês: « (...) *La organisation de l'espace intéresse, en somme, les géographes parce que « espace »* (...) ». Depois, Gottmann continua seu raciocínio explanando sobre a razão de ser do economista: « (...) *les économistes parce que « organisation »*. (...) ». Do francês, traduzido para o português: “(...) aos economistas porque [é] “organização”. (...)”. [tradução nossa]
Observe-se que a tarefa do geógrafo é bem mais nobre e complexa do que parece ou se julga ser pelo senso comum, pois a esse é imprescindível a firmeza do *sentir e viver* (experimentar conscientemente) o espaço; e, simultaneamente, *buscar* a abstração para *apreender* o fenômeno espacial. É uma jornada duplamente trabalhosa: agir cientificamente e pensar filosoficamente.

⁴ Embora isso pareça óbvio para a maioria dos estudiosos de Geografia, jugou-se necessário inserir tal premissa no texto, pois o que se busca negar parece ser consenso entre os que ainda insistem entender o método geográfico como um conjunto de procedimentos baseados na descrição e na simplificação. Jean Gottmann foi um dos críticos da *simplificação* exatamente porque alguns cientistas, não coincidentemente, deixavam de se aprofundar no problema *causalidade* (GOTTMMAN, 1947, p. 1), sendo, portanto, incapazes de compreender o conceito *ordem*.

⁵ O excerto que figura no parágrafo anterior é extraído justamente de um artigo de Gottmann, do início da década de 1950, que traça paralelos e eventuais convergências entre a Geografia e a Economia. Trata-se de *De l'organisation de l'espace : considérations de géographie et d'économie*. Do francês, traduzido para o português: “Da organização do espaço: considerações sobre Geografia e Economia”. [tradução nossa]

Da combinação dos resultados de estudos das áreas de Relações Internacionais e de Ciência Política, há uma importante contribuição de Bull (2002, p. 7), que procura esclarecer a *natureza da ordem* quando afirma que

Dizer que um conjunto de coisas demonstra uma ordem é, no sentido mais simples e mais geral, afirmar que elas estão relacionadas entre si de acordo com uma certa estrutura; que a sua relação recíproca não é fruto puramente do acaso, mas contém algum princípio discernível. Assim, uma fileira de livros em uma estante exibe ordem, o que não acontece com um monte de livros amontoados no chão. Mas quando falamos de ordem na vida social, por oposição a desordem, não temos em mente qualquer padrão ou arranjo metódico dos fenômenos sociais, mas sim uma estrutura de tipo específico. (...) [grifo nosso]

A compreensão da lógica que o conceito *ordem* contém e que foi ilustrada por Bull equivale ao *start* para a compreensão da primeira parte do problema levantado por este artigo e é de fundamental importância para o restante da proposta.

Note-se que Bull (2002, p. 91) ainda avança quando qualifica e contextualiza o conceito no campo da análise política:

A ORDEM não é apenas uma condição efetiva ou possível – uma situação concreta na política mundial – mas, de modo muito geral, é considerada também como um valor. No entanto, não é o único valor em relação ao qual a conduta internacional pode ser ajustada, nem é necessariamente um valor supremo. (...) [grifo do autor]

Primeiramente, faz-se imprescindível observar que o grifo visa ressaltar o aspecto epistemológico do conceito, que, na verdade, é onde se realiza a maior parte do esforço de compreensão quando o pesquisador está disposto diante de um problema de natureza espacial.

Ainda assim, há que se admitir que se constitua um considerável trabalho quando se tenta explicar a disposição dos elementos no espaço em um caso concreto, mesmo para aquele que já julga ter o método definido. Isso ocorre pela necessidade de uma criteriosa dissecação desses elementos que o compõem e do estabelecimento de uma ligação causal lógica entre esses – o que, automaticamente, descartaria a hipótese “do acaso”, mesmo que se tratasse de um fenômeno que dependesse majoritariamente de *variáveis naturais*⁶.

Princípios da causalidade bergsoniana aplicados na Geografia

É impossível, portanto, estabelecer uma base teórica, ao menos na Geografia, se não por meio de relações *causa-efeito*. Sobre essa interdependência de eventos, doravante *causalidade*, é necessário consultar Bergson (2005, p. 79 e 80) que declara em caráter analítico:

⁶ Fenômenos que possuem causa dessa natureza atendem a princípios físico-químicos, passíveis de reprodução, não de vontade ou desejo humano – o que os tornam um tanto mais previsíveis e consideravelmente mais matematizáveis.

(...) Mas em que sentido se deve entender aqui a palavra causa? Sem empreender uma análise exaustiva da idéia [*sic.*] de causalidade, iremos simplesmente observar que normalmente se confundem três sentidos inteiramente diferentes desse termo. Uma causa pode agir por *impulsão*, por *desencadeamento* ou por *desenrolamento*. A bola de bilhar que lançamos contra uma outra bola determina o movimento desta última por *impulsão*. A faísca que provoca a explosão da pólvora age por *desencadeamento*. A distensão gradual da mola que faz girar o fonógrafo *desenrola* a melodia inscrita no cilindro: se tomo a melodia executada por um efeito, e a distensão da mola pela causa, direi que a causa procede aqui por *desenrolamento*. O que distingue esses três casos um do outro é a maior ou menor solidariedade entre a causa e o efeito. No primeiro, a quantidade e a qualidade do efeito variam com a quantidade e a qualidade da causa. No segundo, nem a qualidade nem a quantidade do efeito variam com a qualidade e a quantidade da causa: o efeito é invariável. No terceiro, por fim, a quantidade do efeito depende da quantidade da causa, mas a causa não influencia a qualidade do efeito: quanto mais tempo o cilindro girar pela ação da mola, mais longa será a porção que ouvirei da melodia, mas a natureza da melodia ou a porção dela que ouço não depende da ação da mola. Na verdade, é apenas no primeiro caso que a causa *explica* seu efeito; nos outros dois, o efeito é mais ou menos dado por antecipação e o antecedente invocado é – em graus diversos, é verdade – sua ocasião antes que sua causa. (...) [grifos do autor]

Com o intuito de aplicar os fundamentos propostos por Bergson⁷, é importante compreender seu exame desde as três caracterizações que atribui à *causalidade* e, posteriormente, correlacioná-las com problemas geográficos:

a) *por impulsão* – é provável que esse seja o modo mais comum de conceber uma relação causa-efeito. O modelo da bola de bilhar apresentado por Bergson pode ser muito bem empregado em análise de relações geopolíticas, tais como conflitos entre Estados, que nada mais são do que disputas políticas por espaço (GOTTMANN, 1942, p. 197); além de ser passível de uso na avaliação de impactos ambientais por conta de supressão de espécies animais ou vegetais, por exemplo⁸.

⁷ É válido destacar que a leitura de Bergson se dá a partir de problemas do universo biológico, mas nada impede que sua análise fundamental da causalidade seja transposta para a Geografia, o que não seria uma novidade ou *heresia*, haja vista a própria origem dessa ciência – as ciências naturais, cujo principal método é a observação dos fenômenos; além, evidentemente, da descrição; e, não coincidentemente, a busca pela ordem, pela lógica da organização dos fenômenos.

A respeito das origens da Geografia, Claval (2003, p. 21) afirma que “Até cerca de 1750, a Geografia se confundia muito com a arte de representar a terra: foi baseada nas façanhas dos exploradores e nas operações da cartografia (...)” [tradução nossa] Em francês: « *Jusqu’aux environs de 1750, la Géographie se confondait largement avec l’art de représenter la terre : elle reposait sur les exploits des explorateurs et sur les opérations de la cartographie (...)* ».

⁸ Validação/verificação: De acordo com Bergson (2005, p. 80), “(...) a quantidade e a qualidade do efeito variam com a quantidade e a qualidade da causa. (...)” – Sua aplicabilidade é perfeitamente verificável tanto em análises geopolíticas quanto em análises ambientais, por exemplo.

Para o geógrafo, seria um importante ponto de partida para encadear o processo *anamnese-diagnóstico-prognóstico*⁹ – contudo, somente um bom recorte espaço-tempo pode permitir tal linha analítica;

b) *por desencadeamento* – Bergson exemplifica esse modelo através do exemplo de uma explosão ocasionada por uma faísca em contato com certa quantidade de combustível. Seu uso, em uma análise política mais profunda, é descartável haja vista que as relações políticas dependem de inúmeros fatores – cultura política, contexto econômico na escala considerada, capacidade de luta dos lados contrapostos (simetria ou assimetria), etc.

A ideia de que uma revolução é um fenômeno explosivo, por exemplo, não corresponderia à realidade¹⁰, posto que cada causa necessite de amadurecimento, convencimento e organização, o que certamente não caracteriza uma explosão, mas um processo, muito mais relacionado com o conceito de *impulsão* proposto por Bergson.

Mesmo no universo da análise geográfica prioritariamente física, pode ser possível que haja equívocos quando, por exemplo, se caracteriza um deslizamento de encosta como um fenômeno *estritamente ocasionado por desencadeamento*. Nesse caso, a análise deverá considerar o recorte temporal atribuído ao fenômeno – o que em escala temporal geológica é *impulsão*, em escala temporal humana, trata-se de *desencadeamento*¹¹.

Essa relação de *causalidade*, portanto, faria parte de fenômenos físicos necessariamente violentos e *se considerado especialmente o efeito em detrimento da relativa demora da ação da causa* – a explosão de uma estrela, formando uma *supernova* ou a explosão de um vulcão, para ser sucinto. Nesse caso, não caberia nenhuma análise que envolva a ação humana.

c) *por desenrolamento* – as explicações de Bergson tipificam essa modalidade de relação de causalidade como um fenômeno muito mais perceptível pelo efeito, tendo em vista que a causa possuiria uma conotação meramente mecânica e quantitativa¹².

Esse formato de causa-efeito está diretamente relacionado a um projeto, no qual se espera que determinado efeito seja alcançado – *sua natureza é, portanto, invariavelmente teleológica*. Pode-se verificar tal relação também entre fenômenos produzidos pelos métodos da engenharia social (ASSMANN, 1979a, p. 9; BERNARDIN, 2012, p. 15-31; e CARVALHO, 2013, p. 170-172, 174-177), por exemplo.

⁹ Que nada mais é do que uma tentativa metodológica que visa *descobrir* causa ou causas, *perceber* efeitos e *projetar* a continuidade dessa lógica diante do problema apresentado.

¹⁰ Se a percepção humana é frágil, a *realidade*, como definição do fenômeno que é apreendido pelos sentidos, por lógica, deve sê-la também. Assim, o homem estaria limitado pelos próprios sentidos – o que limita, por consequência, a própria noção de espaço geográfico e os limites de ordenamento espacial. Gottmann já afirmava que a acessibilidade – e só se pode acessar o que é sensível – é condição *sine qua non* para explorar e atribuir significado a dada porção espacial (GOTTMANN, 1952, p. 513 e 515; e GOTTMANN, 1973, p. 91).

¹¹ Validação/verificação: De acordo com Bergson (2005, p. 80), “(...) nem a qualidade nem a quantidade do efeito variam com a qualidade e a quantidade da causa: o efeito é invariável. (...)”. Observe-se que esse simples argumento sugere a fragilidade, até mesmo a falibilidade, da própria percepção humana diante dos fenômenos.

¹² Validação/verificação: De acordo com Bergson (2005, p. 80), “(...) a quantidade do efeito depende da quantidade da causa, mas a causa não influencia a qualidade do efeito (...)”.

Esses procedimentos são, muitas vezes, denominados “políticas públicas”, onde há a ação (nem sempre clara) de determinado sujeito (Estado, Organização Não Governamental, associação, etc.) para que determinados resultados sejam obtidos em determinado prazo.

Normalmente, nesses casos, o resultado está relacionado à quantidade de propaganda, de considerável esforço midiático envolvido, além de, obviamente, estudo comportamental prévio do público alvo, assim como monitoramento e controle constante dos padrões de respostas aos estímulos empregados. Essa compreensão de *causalidade* é de grande valia nos estudos de Geografia da Religião e Geografia de *Gênero*¹³.

Ainda sobre o aspecto teleológico, diretamente relacionado à causalidade *por desenrolamento*, Martinez (2013, p. 170) atenta para o “(...) redirecionamento das funções do Estado e de reapropriação do Direito pelas camadas sociais populares, bem como (...) a transformação progressiva do Direito-coerção em Direito/Liberdade ou autonomia”, quando se refere ao “Estado Social”.

Trata-se de mudanças factuais em favor de algum objetivo político ou econômico, de caráter supostamente impessoal e isento, a ser alcançado em algum tempo (ESPING-ANDERSEN, 1995, p. 73-75) – pois se trata de uma agenda.

Dadas essas possibilidades de análise da relação causa-efeito propostas por Bergson, portanto, é possível estruturar uma relação lógica entre essa tipificação e o seu uso na Geografia (Tabela 1):

Tipificação da relação de causalidade	Aplicação	Ramo da Geografia	Validação/verificação
“Por impulsão”	Fenômenos geopolíticos e ambientais	Geografia Política Geografia Urbana Geografia Rural Biogeografia	“(…) a quantidade e a qualidade do efeito variam com a quantidade e a qualidade da causa. (...)” “(…) nem a qualidade nem a quantidade do efeito variam com a qualidade e a quantidade da causa: o efeito é invariável. (...)”
“Por desencadeamento”	Fenômenos naturais violentos	Geografia Astronômica Geomorfologia	“(…) a quantidade do efeito depende da quantidade da causa, mas a causa não influencia a qualidade do efeito (...)”
“Por desenrolamento”	Estudos das religiões e relações de “gênero”	Geografia Política Geografia da Religião Geografia de <i>Gênero</i>	

Tabela 1 - Tipificação das relações de causalidade e sua aplicação na Geografia, a partir de Bergson (2005, p. 79 e 80).

¹³ Ambas as áreas apresentam problemáticas com fortes influências ideológicas, portanto, não necessariamente lógicas, mas baseadas em mitos e discursos de poder de caráter subjetivo. Essa tipificação da relação causa-efeito também pode encontrar lugar em discussões geopolíticas. Um bom exemplo disso foi a ascensão de Hitler ao poder na Alemanha nazista com base no discurso do *mito do herói* (CASSIRER, 2003, p. 264-288; VÖGELIN, 2007, p. 154-163; e REES, 2013, p. 47-59). Embora as relações de causalidade *por impulsão* e *por desenrolamento* não sejam sinônimas, estão intimamente ligadas entre si, não sendo necessariamente excludentes, quando considerado determinado evento histórico.

Uma vez admitida a pertinência dos conceitos *ordem* e *causalidade*, é possível proceder à análise de aspectos da *nova ordem mundial*¹⁴. Compreenda-se, aqui, *ordem* como um fenômeno de natureza prática, embora complexa, que é concebido pelos agentes que são *capazes de poder fazer* (minoria); e experimentado e reproduzido nas relações políticas, econômicas e sociais pelos demais (massas).

Corroborando essa lógica, Slaughter (2004, p. 27 e 28) deixa claro que

‘Ordem mundial’ não é um valor neutro; *qualquer ordem mundial atual irá refletir os valores de seus arquitetos e membros. (...) O desenvolvimento sustentável, por exemplo, é uma meta ou um valor que pode conduzir a política ambiental global. Quer ele seja perseguido através de organizações internacionais tradicionais ou [mesmo] através de uma combinação de redes governamentais horizontais e verticais, [o método] não deve afetar a própria meta.*¹⁵ [tradução e grifos nossos]

Assim, o que Slaughter enfatiza são dois pontos principais:

a) a complexidade das ações de quem concebe e implanta o modelo de *ordem mundial* a ser seguido. Além do mais, tais manifestações já não são somente verticais (SILVA, 2013, p. 11 e 15), mas terminam por formar uma teia de relações que extrapolam a própria lógica do Estado (BONAVIDES, 2012, p. 115) – ente jurídico de análise clássica, pelo qual não é mais possível apreender todo o problema no estrato internacional;

b) a amplitude dessas ações por meio de políticas de caráter global – nada escapa à *ordem* estabelecida – ao *establishment*.

Então, quem dita as regras e cria tal *estado de coisas* – ou *ordenamento espacial*?

Ordem no mundo, Estados e outras forças

Como já verificado, dada *ordem* só pode ser entendida se padrões de relação entre causas e efeitos forem percebidos e, posteriormente, forem passíveis de reprodução por certo tempo – o que cria um *status quo*. Diante dessa premissa, portanto, seria possível *compreender melhor o mundo atual* – ou seja, as relações internacionais – em um paradigma organizacional do espaço que seja comum à maioria dos seus componentes?

Embora não se trate de uma tarefa sintética, ou até mesmo simplista, propõe-se que a resposta não seria impossível de ser obtida se adotado tal passo metodológico – o que requereria a superação do modelo conceitual político-econômico vigente, no qual as

¹⁴ Termo atribuído a Franklin Delano Roosevelt, 32º Presidente dos Estados Unidos da América, que o teria proferido em discurso ao povo estadunidense quando se referia aos planos de governança ultramarina de Adolf Hitler (ROOSEVELT, 1941) durante a Segunda Guerra Mundial. Obviamente, foi utilizado por diversos governantes, posteriormente, e, não raro, com conotações obscuras.

¹⁵ Em inglês: “‘World order’ is not value-neutral; any actual world order will reflect the values of its architects and members. (...) Sustainable development, for instance, is a goal or a value that may drive global environmental policy. Whether it is pursued through traditional international organizations or through a combination of horizontal and vertical government networks should not affect the goal itself”.

forças consideradas como principais são as exercidas pelos Estados, através de suas normas e capacidade de influência territorial.

Assim, faz-se necessário entender que espécie de ordenamento espacial o mundo vive. Bull (2002, p. 13 e 15) parte do seguinte pressuposto, o da “ordem internacional”, que é uma perspectiva clássica de organização do todo, pois emprega conceitos interligados como *soberania e independência*¹⁶:

Por “ordem internacional” quero referir-me a um padrão de atividade que sustenta os objetivos elementares ou primários da sociedade dos estados, ou sociedade internacional. (...)

O ponto de partida das relações internacionais é a existência de *estados*, comunidades políticas independentes, cada uma das quais possui um governo e afirma a sua soberania com relação a uma parte da superfície terrestre e a um segmento de população humana. (...) A soberania dos estados, interna e externa, existe tanto no nível normativo como no factual. (...) A comunidade política independente que simplesmente afirma o direito à soberania (ou é julgada soberana por outros) mas não pode exercer na prática esse direito não é propriamente um Estado. (...)

Um *sistema de estados* (ou sistema internacional) se forma quando dois ou mais estados têm suficiente contato entre si, com suficiente impacto recíproco nas suas decisões, de tal forma que se conduzam, pelo menos até certo ponto, como partes de um todo. Naturalmente, dois ou mais estados podem existir sem formar um sistema internacional, nesse sentido. (...) [grifos do autor]

A perspectiva de Bull, ainda válida, representaria um estágio anterior ao de um novo ordenamento espacial mundial. Nem a *ordem* vigente ou a que a substituirá são necessariamente o resultado de acordos pacíficos entre as partes que se relacionarão – já demonstrando um desgaste do modelo democrático¹⁷, tão almejado pelo Ocidente.

¹⁶ Apesar de parecer um contrassenso, trata-se de conceitos que tendem a se tornar cada vez mais relativos. Exemplo disso pode ser constatado na publicação *Shared Economic Sovereignty: beneficial or not and who decides?* (O’HAGAN, 2013), por *The Institute of International and European Affairs - IIEA* [“O Instituto de Assuntos Internacionais e Europeus - IAIE”]. Em português: “Soberania Econômica Compartilhada: benéfica ou não e quem decide?” [tradução nossa]

A IIEA se define como o “(...) principal centro de estudos da Irlanda sobre assuntos europeus e internacionais e é uma organização independente e sem fins lucrativos com *status* de [instituição de] caridade. Seu extenso programa de pesquisa visa prover seus membros com *análises e prognósticos de alto nível sobre as mudanças globais e agendas políticas da União Europeia* com impacto na Irlanda. *Atua como um catalisador na nova forma de pensar, novas soluções e opções políticas* (...)”. [tradução e grifos nossos] Do inglês: “Ireland’s leading think tank on European and International affairs and is an independent, not-for-profit organisation [*sic.*] with charitable status. Its extensive research programme aims to provide its members with high-level analysis and forecasts of the challenges on the global and EU policy agendas which impact on Ireland. It acts as a catalyst for new thinking, new solutions and policy options (...)”.

¹⁷ Há que se convir que uma *democracia mundial é utopia*, pois é um valor que não foi (e nem será) sedimentado no mundo islâmico – que é maioria populacional absoluta se o cristianismo for compartimentado em católicos, protestantes, ortodoxos e anglicanos e os muçulmanos não forem discriminados em diferentes ramos (THE WORLD FACTBOOK, 2014) –, que tem por principal fonte de direito a xariá (ou chariá, ou ainda *shariah*), conjunto de normas baseada na interpretação e/ou aplicação do Corão (ou Alcorão), livro sagrado do islamismo.

Dessa forma, também é pertinente compreender também outro aspecto da *ordem mundial* através de Agnew e Corbridge (1995, p. 15):

No nosso uso, “*ordem*” refere-se às regras rotinizadas, instituições, atividades e estratégias por meio das quais a economia política internacional opera em diferentes períodos históricos (...) [como termo geopolítico] chama a atenção para elementos geográficos de uma ordem mundial (...) “*ordem*” não implica um mundo baseado no consenso ou cooperação (...)”¹⁸. [Tradução e grifos nossos]

Os destaques feitos na citação de Agnew e Corbridge têm o objetivo de corroborar o que foi explicado anteriormente sobre o caráter reprodutível da *ordem* e o poder que seu suposto¹⁹ principal agente tem sobre aqueles que estão subordinados a essa organização do espaço e dos seus recursos. Trata-se da passagem da *ordem mundial* promovida pelos Estados e suas relações para *outra ordem*, mais autoritária²⁰, com diretrizes supra estatais.

Em outros termos, a maior característica dessa *ordem mundial*, a “nova”, são a amplitude e a intensidade da coercividade adotada pelos seus *principais agentes*²¹. Assim, a verticalidade das forças e a virtual incapacidade de reagir a elas tornaria questionável a validade do “contrato social” de Rousseau (2008, p. 29) – seria o fim da era do consenso e da cooperação voluntária; e o início da vigência de uma ainda mais falsa democracia.

Para melhor compreensão do poder político e das suas possibilidades, recorre-se a Bobbio (1987, p. 76) quando explica que

Aquilo que “Estado” e “política” têm em comum (é inclusive a razão da sua intercambiabilidade) é a referência ao fenômeno do poder. Do

Sobre esse assunto, recomenda-se, ilustrativamente, o acesso a informações sobre os mais recentes levantes islâmicos no Sudão e na Nigéria, ambos com considerável número de mortos e refugiados e relacionados ao conflito entre a lei islâmica e a lei do Estado em questão.

¹⁸ Em inglês: “In our usage, ‘order’ refers to the routinized rules, institutions, activities and strategies through which the international political economy operates in different historical periods (...) draws attention to geographical elements of a world order (...) ‘order’ does not imply a world based on consensus or cooperation (...)”.

¹⁹ É praticamente ato reflexo supor que o principal agente de ordenamento espacial seja o Estado. No entanto, posteriormente, apresentar-se-ão argumentos neste artigo que poderão dar a entender que o Estado, hoje, não é um fim em si mesmo, mas um meio para a implantação de uma ordem mundial supraestatal – outra ordem, ou organização espacial, que deve considerar outros agentes capazes de *poder fazer*.

²⁰ Sobre essa questão, recomenda-se o acesso às informações contidas no site *Infowars* (em inglês), disponível em <http://www.infowars.com/>.

²¹ Como já explicado, é um equívoco pensar que somente o Estado, dotado de sua capacidade de *poder fazer*, é a única força capaz de agir sobre o *status quo* ou *establishment*. Se for levado em conta que os principais conflitos armados, nos últimos dois séculos, foram por causa de fontes de energia, por exemplo, é necessário considerar a relevância do papel de instituições jurídicas supranacionais (Organização das Nações Unidas, Organização do Tratado do Atlântico Norte, Fundo Monetário Internacional, etc.) e de empresas transnacionais. Cabral (2004, p. 115) chama atenção para os “(...) megabloques econômicos, verdadeiros pólos [*sic.*] de concentração de riqueza e recursos de poder. (...)”.

grego *Kratos*, “força”, “potência”, e *arché*, “autoridade” nascem os nomes das antigas formas de governo, “aristocracia”, “democracia”, “oclocracia”, “monarquia”, “oligarquia” e todas as palavras que gradativamente foram sendo forjadas para indicar formas de poder, “fisiocracia”, “burocracia”, “partidocracia”, “poliarquia”, “exarquia” etc. Não há teoria política que não parta de alguma maneira, direta ou indiretamente, de uma definição de “poder” e de uma análise do fenômeno do poder. Por longa tradição o Estado é definido como o portador da *summa potestas*; e a análise do Estado se resolve quase totalmente no estudo dos diversos poderes que competem ao soberano. (...)

A assertiva de Bobbio ratifica o princípio do *summa potestas* (hoje, já consideravelmente imerso no universo conotativo, conforme já apontado) como principal característica do Estado, baseado na soberania de suas ações. Slaughter (1997, p. 184) aponta para outro tipo de arranjo que envolve outras estruturas de poder:

Uma nova ordem mundial está emergindo (...) *O Estado não está desaparecendo, está se desagregando partes separadas, funcionalmente distintas*. Estas partes – os tribunais, agências reguladoras, as executivas, e até mesmo as legislativas – são redes com os seus homólogos no exterior, criando uma densa rede de relações que constitui *uma nova ordem transgovernamental*. *Os problemas internacionais de hoje – o terrorismo, o crime organizado, a degradação ambiental, a lavagem de dinheiro, a falência bancária e a fraude de títulos – criaram e sustentaram essas relações.*²² [Tradução e grifos nossos]

O princípio no qual se compreende que a função do Estado está sendo modificada só pode levar ao entendimento de que há pelo menos uma força maior que o está fazendo. De fato, é um verdadeiro paradoxo quando se imagina que se está testemunhando o auge da maturidade dessa forma de governo e, simultaneamente, se verifica que sua estrutura não é tão robusta quanto parece.

²² Em inglês: “*A new world order is emerging (...) The state is not disappearing, it is disaggregating into its separate, functionally distinct parts. These parts – courts, regulatory agencies, executives, and even legislatures – are networking with their counterparts abroad, creating a dense web of relations that constitutes a new transgovernmental order. Today’s international problems – terrorism, organized crime, environmental degradation, money laundering, bank failure, and securities fraud – created and sustain these relations*”.

Os Estados Unidos, um passo à frente no universo normativo, quase que imediatamente após o 11 de setembro, criou um dispositivo legal que estabelece, entre outras ações, a criação de um *fundo contraterrorismo*, além de uma série de *medidas de exceção* que visariam à neutralização de terroristas (UNITED STATES OF AMERICA, 2001), em português, o “Ato Patriótico dos EUA”. O problema é que não existe definição clara e consensual entre os Estados e organizações supra estatais sobre o que caracterizaria um terrorista, que pode tanto ter origem doméstica quanto estrangeira. É o início da consolidação legal do *estado de exceção* e o colapso do sentimento de segurança em favor da paranoia coletiva.

O órgão governamental responsável pela maioria da execução das determinações legais constantes na lei é o *Department of Homeland Security* (“Departamento de Segurança Interna”), cuja missão é “(...) proteger a nação das muitas ameaças que enfrentamos. (...)” (HOMELAND SECURITY, 2014). [tradução nossa]

Se, portanto, constata-se que *o Estado é fraco ou forte, conforme a necessidade e a conveniência de forças maiores*²³, seria racional qualificar tais *forças dissimuladas*, mas não menos eficazes; e entender como atuam no ordenamento espacial em escala mundial. Para ser objetivo, cita-se o exemplo de duas dessas *potências*: a Comissão Trilateral e o Foro de São Paulo²⁴.

Trilateral, Foro de São Paulo e globalização

a) a Comissão Trilateral, responsável por uma esfera político-econômica mais abrangente, supra regional, pode ser considerada sem muito esforço teórico como uma *macro força*, notável pela sua robustez financeira e capacidade bélica. Para isso, basta observar no excerto abaixo por quais forças político-econômicas é composta. Segundo Micheo (1979, p. 19), a Comissão Trilateral

Foi fundada em 1973 sob os auspícios de David Rockefeller, Diretor do Chase Manhattan, com o objetivo de estabelecer um lugar de encontro para os cidadãos mais respeitáveis dos países industrializados não comunistas e distribuídos em três centros: *Estados Unidos, Europa Ocidental e Japão*. (...) *É, pois, uma organização internacional*. É formada por mais de 200 personalidades, *representando os maiores consórcios econômicos dos três centros, principalmente banqueiros*. Alguns intelectuais e

²³ Exemplo disso foi a crise ocorrida nos Estados Unidos no final da década passada (2008-2009) e que reverbera através do mundo até hoje. Naquela ocasião, o Estado norte-americano supriu os fundos dos bancos que estavam em estado praticamente irrecuperável. Note-se que se trata de um estado tradicionalmente liberal no que tange à sua economia, mas que fortaleceu sua presença no sistema financeiro ao agir de tal forma naquele episódio crítico.

²⁴ Sobre o aspecto mais ou menos furtivo dessas forças:

i) [Comissão] Trilateral – Assmann (1979a, p. 9) esclarece que “O fato de a Comissão Trilateral, até certo ponto, atuar a céu aberto e à luz do dia, apesar da seletividade controlada de seus membros e do hermetismo discreto das suas reuniões; o fato de tornar pública uma parte de seus estudos e boletins que podem ser obtidos sem acrobacias de espionagem – ainda que circulem em âmbitos relativamente restritos; o fato de suas atividades, tão determinantes no jogo do poder imperial, serem objeto de comentários relativamente freqüentes [*sic.*] na imprensa – são, estes todos, assuntos que nos deixam pensando em tantas outras coisas. A primordial dentre elas é o avanço incrível no processo de ‘fetichização’ da realidade, a ponto de esta, mesmo quando alguns a tentam desvelar, continuar sendo intangível e opaca para a grande maioria. (...)”.

ii) Foro de São Paulo – é possível observar na Nota Editorial Mídia Sem Máscara (2008, p. 15): “Talvez um dos maiores mistérios da mídia brasileira seja a sistemática omissão de informações sobre o *Foro de São Paulo*, organização esquerdista da qual fazem parte dezenas de grupos radicais latino-americanos, muitos dos quais com o um passado – ou presente – sangrento, envolvidos em terrorismo, tráfico de drogas, assassinatos, seqüestros [*sic.*], etc., e que tem como um de seus principais membros o proto-ditador [*sic.*] venezuelano, Hugo Chavez [*sic.*].

A grande dúvida que fica é se a indiferença da mídia brasileira sobre este tema é resultado da proverbial falta de capacidade analítica dos jornalistas brasileiros – que não conseguem ou não querem escrever nada que vá além de fofocas, análises rasteiras ou que favoreçam o jogo esquerdista que impera na política e cultura nacionais –, ou resulte de uma calculada omissão. (...) e o assunto permanece tabu”.

Também é possível ter acesso a informações sobre esse assunto no capítulo XI – “O Eixo do Mal Latino Americano: o Foro de São Paulo” de “O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial” (PAOLA, 2008, p. 194-207).

periodistas europeus a identificaram como ‘uma conspiração mundial de banqueiros’ dirigida por David Rockefeller. [grifos nossos]

Assim, não se pode afirmar que se trata de uma composição estratégica de capacidade desprezível. Entenda-se que tal força pode: comprar *commodities* em larga escala, promover especulação imobiliária onde bem entender, influenciar as principais bolsas de valores, e, sobretudo, fomentar e financiar conflitos, pois se trata de um grupo que visa à manutenção e o máximo de controle sobre o sistema financeiro internacional.

Sobre essa organização, Paola (2008, p. 264) aponta que

A TC [*Trilateral Commission*] pode ser definida como o comitê executivo de assessorial ao capital financeiro internacional. Segundo Richard Falk, sua perspectiva ideológica representa a visão de mundo transnacionais das corporações multinacionais que pretendem substituir as políticas territoriais por objetivos econômicos não-territoriais. Uma de suas funções, portanto, é combater o nacionalismo e a própria noção de ‘Estados Nacionais’. (...) Segundo o Professor de Economia da Universidade Estadual da Califórnia – Los Angeles e Pesquisador Senior [*sic.*] da Universidade de Stanford, Dr. Sutton, que rastreou o desenvolvimento da CT desde seus primeiros passos, ela vem se encaminhando no sentido de dar um impulso para a criação de um Governo Mundial (...).

Contudo, o que deixa ainda mais complexa a compreensão da relação entre os agentes envolvidos na construção da Trilateral é a explicação de Kagan (2004, p. 3), visivelmente na contramão do entendimento leviano de que há consenso na apropriação do poder nessa escala:

É HORA de parar de fingir que europeus e americanos compartilham uma visão de mundo comum, ou mesmo que eles ocupam o mesmo mundo. Sobre a questão da mais alta importância de poder – a eficácia do poder, a moralidade do poder, o desejo de poder –, as perspectivas americanas e européias são divergentes. A Europa está se afastando do poder, em outras palavras, está se movendo para além do poder para um mundo autônomo, de leis e regras e de negociação transnacional e cooperação. Está entrando em um paraíso pós-histórico de paz e relativa prosperidade, a realização de ‘paz perpétua’ de Immanuel Kant. Enquanto isso, os Estados Unidos permanecem atolados na história, exercendo poder em um mundo anárquico hobbesiano, onde as leis e regras internacionais não são confiáveis, e onde verdadeiras segurança e defesa e promoção de uma ordem liberal ainda dependem da posse e do uso de poder militar. É por isso que nas principais questões estratégicas e internacionais atuais, [diz-se que] os americanos são de Marte e os europeus são de Vênus: eles concordam em pouco e compreendem-se cada vez menos. (...) Os americanos geralmente veem o mundo dividido entre bem e mal, entre amigos e inimigos, enquanto os europeus veem um quadro mais complexo. (...) ²⁵ [grifo do autor; tradução nossa]

²⁵ Em inglês: “IT IS TIME to stop pretending that Europeans and Americans share a common view of the world, or even that they occupy the same world. On the all-important question of power – the efficacy of power, the morality of power, the desirability of power – American and European

A despeito das grandes diferenças políticas apontadas por Kagan, Paola, por fim, expõe que o grande objetivo de forças como a Comissão Trilateral seria a criação de um Governo Mundial (BERNARDIN, 1998, p. 357; e MAGALHÃES, 2006, p. 21), embora essa não seja uma visão unânime (MAGALHÃES, 2006, p. 104 e 105), pois apresenta muitas variáveis e interesses a serem alcançados por essas.

No início, pode até parecer exagero, mas a natureza da própria Organização das Nações Unidas (HANNAY, 2008, p. 11-25) aponta nesse sentido – “organizar” não seria sinônimo de “ordenar”? Obviamente que, sendo esse o efeito desejado, demandaria um esforço coletivo, e não unilateral (KAGAN, 2004, p. 4), ainda não relatado pela História em torno de um interesse comum.

Uma possibilidade que concorreria para tal fim seria a adesão (não necessariamente de forma pacífica) dos Estados e demais forças em favor do “fim dos conflitos”, independentemente de quais fossem – ambientais, étnicos, religiosos, territoriais, etc. Seria o auge do processo de *homogeneização do mundo*, iniciado com as “grandes navegações”, que propiciaram à adoção do modelo mercantilista para a macroeconomia, desde o século XVI; e do modelo europeu, o “Estado-nação”, para a macropolítica (AGNEW, 2009, p. 60), que pressupõe o conceito *soberania*, já em estado de superação nos dias atuais.

Não seria o *fim*²⁶ das civilizações, mas o início de um “nivelamento moral-comportamental” no qual seria formatado o “cidadão ideal” – apaziguado pelo consumo e pela sensação de segurança e estabilidade, pois já estaria controlado pelo *status quo* policial e pela prática habitual da lei marcial, que seria empregada onde fosse necessária para que a *ordem* fosse mantida²⁷.

perspectives are diverging. Europe is turning away from power, or to put it a little differently, it is moving beyond power into a self-contained world of laws and rules and transnational negotiation and cooperation. It is entering a post-historical paradise of peace and relative prosperity, the realization of Immanuel Kant's "perpetual peace". Meanwhile, the United States remains mired in history, exercising power in an anarchic Hobbesian world where international laws and rules are unreliable, and where true security and the defense and promotion of a liberal order still depend on the of military might. That is why on major strategic and international questions today, Americans from Mars and Europeans are from Venus: They agree on little and understand on another less and less. (...) Americans generally see the world divided between good and evil, between friends and enemies, while Europeans see a more complex picture. (...)

²⁶ Fisicamente falando. Embora Bernardin (1998, p. 380) alerte que “A revolução ideológica globalista pretende criar uma nova civilização”. [tradução nossa] Em francês: « La révolution idéologique mondialiste entend créer une nouvelle civilisation. (...) ». Trata-se de uma mudança de paradigmas.

²⁷ Essa “nova ordem” não seria necessariamente uma “novidade” (AGNEW e CORBRIDGE, 1995, p. 19 e 20; MAGALHÃES, 2006, p. 34; e SILVA, 2013, p. 16), tampouco imprevisível, mas a reedição de revalorização e reorganização do espaço tal como foi no Iraque e na Líbia, mais recentemente. Isso sem mencionar a colonização e aculturação o continente africano a partir do século XIX (AGNEW, 2003, p. 57), por exemplo – e que avalia Soros (2001, p. 284), quando fala sobre seus conflitos: “(...) Reconheço que não constituem ameaça ao sistema capitalista global, mas o mesmo já não pode ser dito da corrida armamentista nuclear entre a Índia e o Paquistão, ou as tensões no Oriente Médio e no Oriente Médio e nos Bálcãs, para não falar em Taiwan”. Assim, cada parte do globo pode sofrer um tipo de intervenção, desde cultural até militar, tudo dependerá dos interesses em jogo e da conjuntura regional. Sanahuja (2012, p. 50) fornece evidências sobre os principais agentes de mudança na escala mundial e suas estratégias já em pleno curso: “Para realizar o projeto de poder global com um *pensamento único*, modificando a cultura e a religião dos povos e colonizando as consciências para forma cidadão dóceis à nova ordem mundial, em 1991 a UNESCO trabalhava com dois projetos, o de uma *ética universal de valores relativos* (...) e o de uma *ética universal de vida sustentável*.”

b) o Foro de São Paulo, em uma área de influência mais restrita e não menos expressiva seria parte desse estudo, pois é considerado também parte do problema “nova ordem mundial”. Slaughter (2004, p. 119) classifica estruturas políticas semelhantes como “catalisadores”²⁸. A imbricação de forças desse patamar com o superior, já apresentado, seria um dos aspectos práticos, logo visíveis, daquilo que é denominado *globalização*.

Sobre a constituição do Foro, Azambuja (2008, p. 49) explica que

O motivo da criação do *Foro de São Paulo* (que hoje reúne mais de 100 partidos, organizações e grupos de esquerda da América Latina e Caribe), uma reedição da OLAS - *Organização Latino-Americana de Solidariedade* (organização similar constituída em 1966, em Havana) e da fracassada JCR - *Junta de Coordenação Revolucionária* (constituída em 1973, por organizações terroristas do Chile, Uruguai, Argentina e Bolívia, após a deposição do governo marxistas de Salvador Allende, no Chile), foi uma das formas encontradas pelo regime cubano para sobreviver à queda do Muro de Berlim e ao desmonte do socialismo real que provocou o desmoronamento, como um castelo de cartas, de todos os partidos comunistas e movimentos aliados da ex-União Soviética. Para Cuba, então, tornou-se fundamental que as forças consideradas aliadas assumissem o controle de, pelo menos, um dos países da América Latina. É evidente que o Brasil, face às condições políticas da época (1990), foi o alvo preferido. [grifos do autor]

Paola (2008, p. 195) esclarece o papel do Foro, encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, na política regional e na escala consequente:

É dentro desta estratégia que se deve enquadrar o governo petista: não como um governo nacional, simplesmente, mas sim, como engrenagem de um mecanismo maior com uma estratégia definida de

A *ética universal de vida sustentável* parte de um dogma inapelável: ‘É necessário lembrar a verdade indiscutível de que os recursos disponíveis e o espaço da Terra são limitados’, diz o documento que deixa claramente estabelecido que ‘o progresso industrial dos países desenvolvidos não se estenderá aos Países do Terceiro Mundo’, e acrescenta que a única causa de degradação ambiental nesses países é o fator demográfico, e que é intolerável que ‘os pobres, que serão a maioria no futuro, prejudiquem os ecossistemas do mundo para conseguir se desenvolver a qualquer preço’”. [grifos do autor]

Sobre despovoamento ou controle populacional massivo, nos últimos anos, a *indústria de entretenimento*, que é outra faceta da proposta de “um mundo melhor”, também tem mandado sua mensagem político-econômica de forma bastante eficiente: *Oblivion* [‘Esquecimento’] (*Universal*, 2012); *World War Z* [‘Guerra Mundial Z’] (*Paramount*, 2013); *After Earth* [Depois da Terra] (*Columbia*, 2013); *Ender’s Game* [Jogo de Ender] (*Paris*, 2013); e *The Flu* (iFilm, 2013) [tradução nossa] – citando somente alguns dos mais recentes para ser breve. Nos enredos, as causas são diferentes, mas não a qualidade do efeito: a diminuição drástica do quantitativo populacional no mundo.

²⁸ Em inglês, “*catalysts*”. Embora Slaughter (2004, p. 119) faça clara referência à relação entre parlamentares (as “redes legislativas”) e o estabelecimento de redes, além de afirmar que tal fenômeno ocorre com menos sucesso na América Latina, o Brasil, através do Foro de São Paulo e seus componentes de todas as esferas do poder público, tem executado as mesmas tarefas: “(...) muitas vezes liderando o caminho em direção a uma maior cooperação regional e até mesmo integração. (...)”. [tradução nossa] Em inglês: “*often leading the way toward greater regional cooperation and even integration (...)*”. Nesse sentido, o Foro é uma anomalia estratégica, embora funcional.

conquista continental para instalação de uma união de repúblicas socialistas. Como nenhum governo comunista desde 1917 foi um governo nacional normal, mas apenas parte de um todo orgânico avassalador. A própria política econômica de submissão ao capital internacional, levada a efeito pelo ex-Ministro, Antonio Palocci – que quando Prefeito de Ribeirão Preto autorizou a instalação do primeiro escritório de representação das Fuerzas Armadas Revolucionarias de Colombia (FARC), integrante do Foro – não surpreendeu nem é indício de guinada à direita do regime, já que é apenas uma fachada de gradualismo que está inserida numa estratégia mais ampla. Palocci saiu, mas o Presidente do Banco Central, Meirelles, continua mais firme do que nunca, até com status de Ministro para ter foro privilegiado em caso de processo.

Ao analisar, portanto, o escrito de Paola, as relações entre o Estado Brasileiro e organizações terroristas como as FARC, começam a desvelar-se e fazer sentido quando inseridas no quadro geral. Obviamente, é somente o início de uma análise mais detida e profunda. Em todo caso, tendo em vista esses dois agentes e tanto suas estratégias quanto seus objetivos, é possível estabelecer nexos de causalidade tanto por *impulsão* quanto por *desenrolamento*.

O primeiro nexo pode ser compreendido se for observada a intensa relação de interdependência econômica e política admitidas entre os Estados, tanto no fim da Segunda Guerra Mundial quanto após.

Para que tais interligações se consolidassem, eram necessários novos paradigmas. Nesses termos, um pouco antes do fim daquela guerra, houve os acordos de *Bretton Woods*, que passaram a reger praticamente toda a lógica financeira do mundo. Era o estabelecimento do modelo econômico.

Bandeira (2009, p. 197 e 198) detalha que

Através das instituições criadas em Bretton Woods, como o FMI e o BIRD, os *Estados Unidos continuaram a modelar a estrutura da economia mundial*, conforme seus interesses e conveniências, forçando total liberdade econômica, responsável pelas crescentes desigualdades entre as nações, dado que, como consequência do processo de concentração e centralização do capital, a pobreza crescia no plano das nações, as mais pobres denominadas Terceiro Mundo. (...)

Como na Carta da ONU, os acordos que criaram o FMI e o BIRD, em Bretton Woods, visaram a facilitar a preponderância dos Estados Unidos. (...) [grifos nossos]

É válido ressaltar que os Estados Unidos, mesmo que quisessem, não poderiam agir sozinhos. Sobre aquele país, Albuquerque (1995, p. 163 e 164) aponta que

(...) Do ponto de vista econômico, (...), não somente a única superpotência restante já não detém a primazia da competitividade, mas a compartilha com um grupo de países, sem cuja cooperação, nem mesmo sua supremacia militar poderia ser exercida em caráter permanente.

Portanto, o que para alguns países significou boicote, para outros significou bonança. Não obstante, é um erro comum demonizar exclusivamente os Estados Unidos pelos males do mundo, embora essa seja uma visão amplamente difundida no Brasil²⁹ e levada às últimas consequências propositalmente por indivíduos como Alexandre Dugin – principal mentor e entusiasta do *eurasianismo* a partir da Rússia³⁰ (CARVALHO, 2012, p. 44).

Ainda sobre o papel de *Bretton Woods* e sua interferência na economia mundial antes do final da Segunda Guerra Mundial, Soros (2001, p. 188) ainda acrescenta que

(...) Mas quem é responsável pelo sistema financeiro internacional? As instituições financeiras e as autoridades monetárias nacionais cooperam nas épocas de crise, mas não há um banco central internacional nem uma autoridade regulamentadora internacional que se comparem às instituições existentes no âmbito nacional. As instituições de Bretton Woods [o FMI e o Banco Mundial] procuraram preencher essa lacuna e, durante um certo tempo, foram bem sucedidas. (...)

A impudência de Soros, “globalista” renomado, reside em afirmar que houve a *necessidade* da criação das estruturas financeiras derivadas de *Bretton Woods*, como se o *mundo* não sobrevivesse sem isso. Na verdade, tratou-se da ação conjugada entre os princípios da *impulsão*, caracterizado pela criação daqueles organismos; e do *desenrolamento*, quando considerado o *modus operandi* dos já citados.

Por fim, o nexo de *causalidade por desenrolamento* pode ser mais claramente avaliado, se verificado o processo tentativa de homogeneização cultural implantado *no mundo* através das mais diversas maneiras – especialmente das mídias de massas,

²⁹ A propósito, Paola (2008, p. 245) esclarece que há “Uma forte objeção de muitas pessoas quando lêem [*sic.*] livros como esta sobre uma Nova Ordem Mundial é que eles soam como pura paranóia [*sic.*] pela improvável aliança a que se referem: fundações bilionárias unidas a comunistas para conquistar o mundo? Maluquice pura! (...) Meu intuito é tentar esclarecer o que há de realidade nesta aliança, já atuando a pleno vapor há mais de cem anos.

Uma das principais dificuldades é que a maioria das pessoas tem uma visão de mundo ultrapassada – a qual, de resto nunca foi nítida – que divide o mundo político, cultural e econômico entre uma *direita* – os capitalistas burgueses e as religiões tradicionais – e uma *esquerda* – onde ficam os comunistas e socialistas, uns mais, outros menos revolucionários. Acredita-se que os capitalistas são os maiores inimigos dos marxistas e socialistas. Esta crença tem sua origem no próprio Karl Marx que a usou para seus propósitos. Como a maioria dos historiadores [e geógrafos] não enxerga um palmo além do que Marx determinou que enxergassem por continuarem amarrados na camisa de força do materialismo histórico, a aliança que sempre existiu entre os capitalistas e os revolucionários socialistas para benefício mútuo, tem ficado fora do escopo dos estudiosos e da população em geral. (...) até hoje a divisão do mundo em esquerda e direita é baseada numa visão de que o comunismo significa a expropriação e estatização imediata dos meios de produção”. [adendo nosso]

Como complemento para compreensão desse problema, recomenda-se o capítulo “Revolução” de “O mínimo que você precisa saber para não ser um idiota” (CARVALHO, 2013, p. 159-246).

³⁰ Não se trata, aqui, de defender os Estados Unidos e suas políticas *egoístas*, mas entender que não há somente uma variável no contexto global. Os EUA são tão *somente* uma das tentativas de representação jurídico-moral da *nova ordem*. Ainda devem ser considerados outras variáveis ou forças: Rússia, China e o mundo islâmico – que podem entrar formar uma notável resistência, unidos ou não, ao modo de vida Ocidental “americanizado” e suas pretensões (CARVALHO, 2012, p. 44-56).

formatadas a pensarem como se tivessem alcançado o auge das benesses materiais, antes privilégio somente das minorias (ORTEGA Y GASSET, 2007, p. 44 e 47)³¹.

Considerações finais

Este ensaio é concluído com o entendimento de que é possível compreender fenômenos políticos de grande escala – seja essa regional ou mundial – a partir do estabelecimento de relações de causalidade, conforme as tipificações propostas por Henri Bergson. No entanto, como foi verificado, não se trata de uma tarefa simples, mas que requer, primeiramente, um esforço filosófico por parte de quem deseja apreender o fenômeno.

Admite-se que o principal problema nessa construção lógica é a quantidade de variáveis a serem consideradas – o que dificulta construir uma visão panorâmica. Na sequência, depara-se com a dificuldade de superar, mesmo que parcialmente, certos paradigmas³² – exemplificando, o do *Estado como começo e fim das discussões políticas modernas e toda organização política visa o bem-comum acima de tudo*. É claro que não são somente os Estados que são capazes de fazer macro política, mas também toda força capaz de influenciar no universo econômico.

Assim, foi preciso apresentar outros elementos nessa já *complexa forma* que é o *mundo*. No texto, fizeram-se figurar a Comissão Trilateral e o Foro de São Paulo – cada qual com seu papel, área de influência e plataforma ideológica³³ agindo, muitas vezes, na “penumbra”, longe dos olhares daqueles a quem não interessam nem seus objetivos ou métodos. Evidentemente existem outras forças com tais características.

Por hora, pode-se citar: o relativamente conhecido Clube de Roma, o *Woodrow Wilson International Center for Scholars*, o *Council on Foreign Relations*, o Diálogo Interamericano, a *Association of World Federalists*, o *Bilderberg Group* (ASSMANN, 1979b, p. 27-36) e o *Committee for Economic Development* (PAOLA, 2008, p. 259-275)³⁴.

É bastante provável que surjam perguntas neste ponto como:

- 1) Há ainda outras forças com capacidade equivalente ou superior?
- 2) Todas essas forças agem dissimuladamente?
- 3) Quem confere competência a essas forças?
- 4) O quão fortes são essas forças?

³¹ A propósito, Ortega y Gasset (2007, p. 88) adverte que “(...) *A revolução não é a sublevação contra a ordem preexistente, mas a implantação de uma nova ordem que contraria a tradicional*. (...)”. [grifo nosso]

³² Para não dizer um *dogma*.

³³ O que não implica, de forma alguma, a existência uma *plataforma moral*, ou ao menos de uma moral que preconize a vida e a dignidade humana em detrimento do poder e do materialismo. É muito provável que seja por isso que as crenças religiosas mais tradicionais (especialmente o Cristianismo e o Judaísmo) que concebem o conceito *família tradicional* como fundamento, além do próprio conceito *família*, sejam sempre pauta de debate no âmbito de tais organizações, pois se caracterizam como resistência, talvez as últimas, à impessoalidade e ao materialismo contidos nos discursos dessas forças (PAOLA, 2008, p. 274-275). Em todo caso, a História registrou o tratamento dado às crenças religiosas e à estrutura familiar nos regimes comunistas – vide China, Coreia do Norte e União Soviética.

³⁴ Os não traduzidos, respectivamente: “Centro Internacional para Estudiosos Woodrow Wilson”, “Conselho de Relações Exteriores”, “Associação dos Federalistas Mundiais”, “Grupo Bilderberg” e “Comitê para Desenvolvimento Econômico”.

5) Como tais forças, de matizes tão distintos, seriam capazes de se fundirem em favor do estabelecimento de um Governo Mundial?

São perguntas válidas, mas que podem não ser respondidas com tanta facilidade e de forma sintética haja vista o interesse de que tais forças sequer sejam notadas pelas massas. Seria possível fazer conexões mais complexas tanto quanto possível, mas, antes de tudo, é preciso, simultaneamente, tanto ampliar os horizontes de leitura quanto desenvolver o senso crítico para a filtragem e retenção de informações subjetivas ou tendenciosas.

Crer que se vive em um tempo em que há outras possibilidades de compreender o mundo, *não é uma questão exclusivamente filosófica*, mas uma questão concreta e que requer grande dose de responsabilidade, estudo direcionado e honestidade intelectual.

Por fim, propõe-se que o tema desenvolvido se caracteriza plenamente como problema da Geografia, especialmente do seu ramo político, pois não é possível compreender o reordenamento espacial em escala mundial sem considerar a *ordem*, a *causalidade* e as forças provenientes das *relações humanas* – que são necessariamente *relações políticas*, pois o que são territórios e organizações políticas, senão construções humanas que ocorrem e se reproduzem no espaço geográfico?

Referências Bibliográficas

AGNEW, J. A.; CORBRIDGE, S. **Mastering Space: hegemony, territory and international political economy**. London and New York: Routledge, 1995.

AGNEW, J. A. **Geopolitics: re-visioning world politics**. 2. ed. London; New York: Routledge, 2003.

_____. **Globalization & sovereignty**. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 2009.

ALBUQUERQUE, J. A. G. A ONU e a nova ordem mundial. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 161-167, 1995.

ASSMANN, H. **Os trilateralistas sugerem uma chave de leitura para este livro: o Terceiro Mundo visto como ameaça**. In: ASSMANN, H. (Org.). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Tradução: Hugo Pedro Boff. Petrópolis: 1979a, p. 7-15.

_____. **Como se interpenetram o Conselho de Relações Exteriores, o Círculo Bilderberg e a Comissão Trilateral**. In: ASSMANN, H. (Org.). *A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial*. Tradução: Hugo Pedro Boff. Petrópolis: 1979b, p. 27-43.

AZAMBUJA, C. I. S. **Um pouco de história sobre o Foro de São Paulo**. In: ZAMBONI, P. D. (Org.). *Conspiração de portas abertas: como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo*. São Paulo: É Realizações, 2008, p. 49-68.

BANDEIRA, L. A. M. **Formação do império americano: da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque**. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

BERGSON, H. **A evolução criadora**. Tradução: Bento Prado Neto. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

BERNARDIN, P. **L'Empire écologique ou la subversion de l'écologie par le mondialisme**. Cannes: Notre-Dame des Grâces, 1998.

_____. **Maquiavel pedagogo: ou o Ministério da Reforma Pedagógica**. Tradução: Alexandre Müller Ribeiro. Campinas: Ecclesiae; Vide Editorial, 2012.

BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Tradução: Marco Aurélio Nogueira. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BONAVIDES, P. **Ciência Política**. 19. ed. São Paulo: Malheiros.

BULL, H. **A sociedade anárquica**. Tradução: Sérgio Bath. São Paulo; Brasília: IOSP/UnB/IPRI, 2002.

CABRAL, S. **Brasil megaestado: nova ordem mundial multipolar**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2004.

CARVALHO, O. de. **Três projetos de poder global em disputa**. In: CARVALHO, O. de; DUGIN, A. Os EUA e a Nova Ordem Mundial: um debate entre Olavo de Carvalho e Alexandre Dugin. Tradução: Giuliano Moraes. Campinas: Vide, 2012, p. 43-56.

_____. **O mínimo que você precisa para não ser um idiota**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2013.

CASSIRER, E. **O mito do Estado**. Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Códex, 2003.

CLAVAL, P. **Causalité et Géographie**. Paris: L'Harmattan, 2003.

DEPARTMENT of Homeland Security. Disponível em: <http://www.dhs.gov/>. Acessado em: 18 abr. 14.

ESPING-ANDERSEN, G. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**: revista de cultura e política, São Paulo, n. 35, p. 73-111, 1995.

GOTTMANN, J. The background of Geopolitics. **Military Affairs**, Cambridge, v. 6, n. 4, p. 197 -206, winter 1942.

_____. De la méthode d'analyse en Géographie Humaine. **Annales de Géographie**, Paris, v. LVI, n. 301, p. 1-12, Jan.-Mars 1947.

_____. De l'organisation de l'espace : considérations de géographie et d'économie. **Revue économique**, Paris, v. 1, n. 1, p. 60-71, 1950.

_____. The political partitioning of our world: an attempt at analysis. **World Politics**, Cambridge, v. 4, n. 4, p. 512-519, Jul. 1952.

_____. **The significance of territory**. Charlottesville: The University of Virginia Press, 1973.

HANNAY, D. **New world disorder: the UN after the Cold War: an insider's view**. London; New York: I. B. Tauris, 2008.

KAGAN, R. **Of Paradise and Power: America and Europe in the new world order**. New York; Toronto: First Vintage Books, 2004.

MAGALHÃES, F. **À sombra do Estado universal: os EUA, Hobbes e a nova ordem mundial**. São Leopoldo: Unisinos, 2006.

MARTINEZ, V. C. **Teorias do Estado: metamorfoses do Estado Moderno: conceitos, teoria, principais tipos de Estado, análise crítica**. São Paulo: Scortecci, 2013.

MICHEO, A. **O caso Carter: fenômeno planejado**. In: ASSMANN, H. (Org.). **A Trilateral: nova fase do capitalismo mundial**. Tradução: Hugo Pedro Boff. Petrópolis: 1979, p. 17-26.

NOTA Editorial Mídia Sem Máscara. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na celebração dos 15 anos do Foro de São Paulo**. In: ZAMBONI, P. D. (Org). **Conspiração de portas abertas: como o movimento revolucionário comunista ressurgiu na América Latina através do Foro de São Paulo**. São Paulo: É Realizações, 2008, p. 15-25.

O'HAGAN, J. W. **Shared Economic Sovereignty: beneficial or not and who decides?**. Dublin: The Institute of International and European Affairs, 2013.

ORTEGA Y GASSET, J. **A rebelião das massas**. Tradução: Marylene Pinto Michael. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes: 2007.

PAOLA, H. de. **O eixo do mal latino-americano e a nova ordem mundial**. São Paulo: É Realizações, 2008.

RESS, L. **O carisma de Adolf Hitler: o homem que conduziu milhões ao abismo**. Tradução: Alice Kelsck. Rio de Janeiro: LeYa, 2013.

ROOSEVELT, F. D. **Address for Navy and Total Defense Today**. Disponível em: <http://www.presidency.ucsb.edu/ws/index.php?pid=16030>. Acessado em: 08 abr. 2014.

ROUSSEAU, J.-J. **Do contrato social: ou princípios do direito político**. Tradução: Pietro Nasseti. 2. ed. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SANAHUJA, J. C. **Poder global e religião universal**. Tradução: Lyège Carvalho. Campinas: Ecclesiae, 2012.

SILVA, A. A. Jean Gottmann e reordenamento territorial mundial em tempos de ‘nova ordem’. **Acta Geográfica**, Boa Vista, v. 7, n. 15, p. 7-18, maio-ago. 2013.

SLAUGHTER, A.-M. The real new world order. *Foreign Affairs*, New York, v. 76, n. 5, p. 183 -197, Sep.-Oct. 1997.

_____. **A new world order**. New Jersey/Oxfordshire: Princeton University Press, 2004.

SOROS, G. **A crise do capitalismo global**: os perigos da sociedade globalizada: uma visão crítica do mercado financeiro internacional. Tradução: Cristiana Serra. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

THE world factbook. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/xx.html#people>>. Acessado em: 18 abr. 14.

UNITED STATES OF AMERICA. USA Patriot Act [Uniting and strengthening America by providing appropriate tools required to intercept and obstruct terrorism]. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/pkg/PLAW-107publ56/pdf/PLAW-107publ56.pdf>>. Acessado em: 18 abr. 14.

VOEGELIN, E. **Hitler e os alemães**. Tradução: Elpídio Mário Dantas Fonseca. São Paulo: É Realizações, 2007.